

OS MUSEUS ECLESIÁSTICOS E A SUA FUNÇÃO PASTORAL.

Obstáculos e necessidades no Patriarcado de Lisboa

ECCLESIASTICAL MUSEUMS AND THEIR PASTORAL FUNCTION.

Obstacles and needs in the Patriarchate of Lisbon

André das Neves Afonso

Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa

Resumo: Os museus eclesiásticos apresentam características que os podem tornar poderosos instrumentos colocados ao serviço da missão da Igreja. Propomo-nos contribuir para um debate em torno da concetualização desta tipologia de museu ao mesmo tempo que, num *case study* à realidade museal do Patriarcado de Lisboa, investigamos como esta é constituída e quais os obstáculos e necessidades verificados na concretização da sua função pastoral. A criação de uma rede museológica pode constituir-se como um modelo de gestão capaz de requalificar o setor e de dar respostas aos problemas encontrados.

Palavras chave: Museus, Igreja Católica, Patriarcado de Lisboa, Rede de Museus

Abstract: Ecclesiastical museums, due to some of their own characteristics, may become powerful instruments when put at the service of the Church's mission. We propose to contribute to a debate on the conceptualization of this type of museums while, in a case study using the museological reality of the Patriarchate of Lisbon, we investigate its constitution and what are the obstacles and needs found in the concrete fulfillment of their pastoral role. The creation of a museum network can be formed as a management model able to requalify the sector, providing solutions to the problems that were found.

Keywords: Museums, Catholic Church, Patriarchate of Lisbon, Museums Network

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no contexto da investigação em curso levada a cabo pelo autor e que se insere na temática dos museus eclesiásticos. O problema de investigação assenta no estudo e no diagnóstico dos obstáculos e necessidades ao desenvolvimento da função pastoral dos museus da Igreja Católica. Partindo de uma abordagem teórica em torno da figura do museu eclesiástico, alicerçada em determinados trabalhos científicos e documentos orientativos emanados por organismos da Igreja, procuramos apresentar algumas sistematizações e contribuições em torno da figura do museu da Igreja, enquanto tipologia museológica, e daquilo que efetivamente o diferencia dos demais museus. Esta concetualização corresponde, em grande medida, à primeira parte do presente texto e é sobre ela que nos debruçaremos mais detalhadamente.

Na segunda parte do texto procedemos ao desenvolvimento de um *case study* à realidade museal no Patriarcado de Lisboa, consubstanciada na identificação das unidades de natureza museal existentes, em visitas aos locais e entrevistas aos responsáveis dos projetos. A ausência de conhecimento, informação e documentação sobre tudo o que enforma esta realidade, nomeadamente no desconhecimento das unidades existentes no território diocesano, tem-se constituído como um dos principais obstáculos à própria investigação. Ainda que toda esta segunda parte do artigo seja abordada de uma forma resumida, já que a pesquisa ainda se encontra em curso, culminamos este texto com uma proposta de requalificação do setor materializada através da criação de uma *Rede de museus e coleções do Patriarcado de Lisboa*, dando uma dimensão iminentemente prática a esta investigação.

1. MUSEUS ECLESIASTICOS. PARA UMA CARACTERIZAÇÃO TIPOLÓGICA

1.1 O MUSEU ECLESIASTICO E O PRIMADO DA EVANGELIZAÇÃO

A figura do museu eclesiástico ou museu da Igreja Católica surge, por vezes, envolta num emaranhado, confuso e incorreto contexto teórico-concetual, mercê, talvez, da existência, em Portugal, de poucos subsídios académicos e bibliográficos que a esta tipologia de museus exclusivamente se tenham dedicado e, também, do facto de uma grande parte dos projetos de natureza museal levados a cabo por organismos da Igreja Católica em Portugal terem replicado, no melhor e no pior, e por bastante tempo, as metodologias e os processos museológicos e museográficos desenvolvidos, sobretudo, pelos museus de arte. A frequente associação – ou mesmo sinonimização – entre os conceitos de museu eclesiástico e de museu de arte sacra surge, também, como uma falsa questão. A natureza do primeiro verifica-se sobretudo no plano tutelar (plano este que trará, pelo menos teoricamente, colossais implicações na definição da missão e objetivos do museu) e a do segundo diz sobretudo respeito à tipologia das coleções. Estes aspetos têm contribuído, no nosso entendimento, para o não desenvolvimento sustentado de um modelo museológico teórico e prático próprio que apenas pontualmente tem sido positivamente quebrado.

Um dos principais contributos – se não o principal – para a definição da figura do museu eclesiástico é a carta circular *A função pastoral dos museus eclesiásticos*, datada de 2001 e que resulta do trabalho levado a cabo pela então Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (CPBCI). Dirigida a todos os bispos do mundo, assumindo portanto uma dimensão universal, esta carta apresenta um conjunto de “orientações e regulamentos concretos” (Igreja Católica, CPBCI, 2001: cap. VI), “a fim de conservar materialmente, tutelar sob o ponto de vista jurídico e valorizar pastoralmente o importante património histórico-artístico que já não se usa de forma habitual” e de “oferecer um ulterior contributo para reforçar a acção da Igreja através dos bens culturais, em ordem a favorecer um renovado humanismo à luz da nova evangelização.” (Igreja Católica, CPBCI, 2001: introdução). Nesta curta enunciação dos objetivos da supracitada carta circular surgem alguns elementos sucintos mas

cruciais para definir e caracterizar esta tipologia de museus: conservar e valorizar pastoralmente o património eclesialístico, integrando-o no dinamismo da ação da Igreja (reforçando-o), em particular no contexto da nova evangelização (mas não só).

O museu eclesialístico é, em primeiro lugar, uma instituição museal tutelada por uma entidade eclesialística, seja uma diocese, paróquia, cabido, instituto de vida consagrada, sociedade de vida apostólica, confraria ou outro tipo de associação de fiéis, entre outros organismos da Igreja Católica. Não obstante as diferentes características e finalidades destes diversos *membros*, todos eles concorrem para a concretização da macro função do *corpo* – a Igreja – no qual estão enraizados: evangelizar. “Evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade. Ela existe para evangelizar, ou seja, para pregar e ensinar, ser o canal do dom da graça [...]” (Igreja Católica, Papa Paulo VI, 1975: nº 14). D. Manuel Franco Falcão refere, na sua *Enciclopédia Católica Popular*, que a evangelização

[...] é a proclamação da Boa Nova da salvação de J. C. [Jesus Cristo], levada por seu expresse mandamento (Mt 26,19-20; Rm 10,12-18) a todos os povos e culturas. Tanto se pode dirigir aos não cristãos (missões *ad gentes*), como aos cristãos que perderam o sentido da fé cristã (‘nova evangelização’, cristianização), como aos cristãos necessitados de aprofundarem a sua fé e vida cristã (pregação, liturgia, pastoral em geral). É a primeira missão da Igreja.” (FALCÃO, 2004).

É, portanto, neste contexto que se deve inserir e centrar a dinâmica de trabalho em torno dos bens culturais da Igreja, na qual os museus eclesialísticos são, podem ou devem ser dos principais intervenientes e dinamizadores.

A Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica (2004: 29) refere explicitamente que o investimento em recursos financeiros e humanos só é passível de se efetuar caso se entenda o património da Igreja como meio de evangelização. É condição *sine qua non*. Numa perspetiva idêntica, já D. Albino Cleto havia dito

[...] que a Igreja não existe para ser promotora de museus. A sua ação em prol da cultura e da arte compreende-se como meio para fins mais elevados: reconhecer e contemplar Deus, falar dele aos que O procuram, elevar para ele os corações, humanizar e santificar o homem.” (1996:45)

O museu eclesialístico, enquanto instituição de tutela eclesialística, surge, assim, como um espaço onde se prolonga a ação da Igreja no mundo concreto, inserindo-se no contexto da sua missão. Assume, assim, uma clara função pastoral, associada à cultural, mas é, sobretudo, esta função pastoral que o diferencia das demais tipologias de museus e sobre a qual gravitam as tradicionais funções museológicas. As funções de estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação,



segurança, interpretação e exposição e educação são, contudo, cruciais. Em primeiro lugar, cruciais porque naturalmente indispensáveis para a confirmação destes espaços como verdadeiros museus, necessariamente enraizados no espírito da definição do *International Council of Museums* que define o museu como

[...] uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (SANTOS, 2005: 20)

Funções cruciais, também, em segundo lugar, porque só com um integral e qualificado desenvolvimento destas funções e premissas poderá haver um correspondente trabalho pastoral (são como que a sua base). Para concluir este tópico podemos afirmar que a especificidade e, até, o motivo existencial dos museus eclesiais radica, sobretudo, na sua natureza pastoral – através do património e da cultura – e, desta forma, na sua integração na atividade missionária da Igreja. Não são um fim em si mesmo, concorrendo, sim, para uma outra meta.

1.2 OS MUSEUS E OS PROJETOS PASTORAIS

Partindo do postulado atrás desenvolvido em torno da especificidade motriz dos museus da Igreja, torna-se crucial e indispensável que desta dimensão teórica e contextual se transponha para um plano iminentemente prático e de intervenção museológica. Aqui surge, talvez, um dos principais desafios que se coloca aos museus eclesiais, já que a sua eficácia pastoral resulta, em primeiro lugar, da necessidade de uma clara assunção, por parte dos responsáveis dos vários organismos das Igrejas locais (ao nível das dioceses e paróquias e das várias instituições eclesiais existentes nas suas áreas geográfico-administrativas), das potencialidades do património da Igreja no contexto da evangelização e da catequese e, de seguida, da integração das unidades de índole museal e de outras estruturas de intervenção e dinamização patrimonial nos projetos ou programas pastorais destes vários organismos, *i.e.*, incluí-los nas suas estratégias e políticas de ação tendentes à concretização da sua missão. Assumindo-se, portanto, como uma “instituição pastoral de pleno direito” (Igreja Católica, CPBCL, 2001: n.º 2.1.1), o museu eclesial, não se coadunando com um trabalho independente e individualista, deve envolver-se e relacionar-se com as várias instituições existentes na área diocesana e paroquial onde se encontra estabelecido (*idem, ibidem*), bem como, no caso, por exemplo, de um museu tutelado por uma diocese, desenvolver um trabalho conjunto e simbiótico com os vários departamentos e setores da respetiva cúria diocesana (departamentos de cultura e bens culturais e com aqueles vocacionados para as questões da evangelização, catequese e comunicação). Talvez seja, somente, nesta perspetiva de trabalho integrado (aproveitando as

competências de cada *membro*) que se conseguirá desenvolver um projeto coerente e pastoralmente eficaz. Mas se a museologia e os museus não forem vistos como elementos que possam tomar parte, de uma forma claramente assumida, dos projetos pastorais diocesanos, a alocação de recursos para a criação de unidades de índole museal ou para a qualificação das existentes será (ou permanecerá) praticamente nula ou inexistente e a dinâmica dos espaços existentes dificilmente ultrapassará a mera perspectiva cultural e expositiva (quando não se limitando a simples armazéns de objetos). Monsenhor Damián Iguacén Borau, refere, de uma forma interessante, e numa referência a práticas desenvolvidas pela Igreja em Espanha, que esta

[...] tem um plano pastoral para o património cultural que compreende duas acções: pastoral *sobre* o património, e pastoral *a partir* do património. A pastoral *sobre* o património inclui uma série de acções tendentes à conservação, restauro e promoção da moderna arte sacra e seu uso adequado, através das comissões diocesanas. A pastoral *a partir* do património consiste num plano de evangelização a partir do cultural – anunciar Jesus Cristo partindo do património. (1996: 38)

A primeira, alargada a todo o património eclesiástico, talvez seja a mais óbvia; a segunda, e não se circunscrevendo somente à programação expositiva, aquela que realmente importa fazer e onde importa investir.

Os museus eclesiásticos, bem como outras estruturas que atuam a partir dos bens culturais da Igreja e, também, os próprios templos religiosos, são espaços privilegiados de encontro com crentes e não crentes. São, por vezes, os únicos elos de contato entre a Igreja e os que dela se encontram afastados, assumindo-se, enquanto autênticos *átrios dos gentios*, em locais de diálogo respeitoso e frutífero mas, simultaneamente, de *anúncio* da fé cristã. Associado a este fenómeno observam-se, também, as potencialidades dos museus da Igreja no contexto específico da catequese e da educação religiosa. A permanência, ainda hoje bem visível, de um “abuso do discurso e da explicação na acção pastoral, a superprodução de ensino religioso escrito, a prevalência de uma catequese de tipo escola.” (CLETO, 1996: 45), leva-nos a concluir que, partindo das ideias de que “tudo quanto nos entra pelos olhos se fixa melhor do que aquilo que aprendemos só pelos ouvidos” (*idem*: 46) e de que “a imagem é mais eficaz do que as palavras para suscitar afectos” (CHAPPIN, 1996: 20), contribuindo para experiências significativas e duradouras, os museus e os bens culturais da Igreja têm necessariamente que integrar as metodologias de ensino religioso e de catequese.

1.3 IDEIAS EM TORNO DO PROGRAMA MUSEOLÓGICO INTEGRADO DOS MUSEUS ECLESIÁSTICOS

1.3.1. NATUREZA DAS COLEÇÕES. MAIS QUE ARTE SACRA

Como já tivemos a oportunidade de sublinhar no início deste texto, a figura do museu eclesiástico não deve ser associada (nem sequer confundida) com a tipologia do



museu de arte sacra, não obstante o facto da maioria dos museus da Igreja serem constituídos exclusivamente ou em grande medida por coleções de objetos de natureza religiosa, litúrgica ou devocional, enquadráveis, sobretudo, na usual designação de *arte sacra* ou, talvez de uma forma mais precisa, na mais abrangente designação de *arte religiosa* (vd. COSTA, 2011: 36). Tendo em conta que “o âmbito de conservação patrimonial de proveniência eclesiástica deverá ser muito mais vasto, abrangendo também objectos etnográficos, independentemente do seu valor comercial, objectos de carácter científico e técnico.” (GUEDES, 1997: 203), torna-se particularmente limitada a perspetiva unidirecional em torno das coleções de arte sacra. Se recuarmos até Frei João José de Jesus Maria Mayne (n.1728-m.1792) e D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (n.1724-m.1814), figuras de referência no contexto da história do colecionismo e do pensamento museológico em Portugal, talvez possamos recuperar alguns importantes conceitos de utilização *pastoral* de coleções não necessariamente artísticas e litúrgicas. Frei José Mayne, ao instituir, em 1792, um Gabinete de História Natural no Convento de Jesus, em Lisboa, cuja direção científica da *Aula* se encontrava sob a alçada da Academia das Ciências (BRIGOLA, 2003: 420), pretendia que, com este projeto, “pela via da doutrinação religiosa e dos métodos pedagógicos baseados na observação e na experimentação – as ‘demonstrações’ no Gabinete —, deveriam os professor evidenciar a conciliação entre Fé e conhecimento científico da Natureza.” (*Idem*: 421). Por sua vez, na célebre *Oração do Museu*, discurso apresentado aquando da inauguração, em 1791, do Museu Sisenando Cenaculano Pacense, em Beja, e apesar de atribuída a Frei José de São Lourenço do Vale, encontra-se patente o ideal museológico de D. Frei Manuel do Cenáculo:

[...] o estudo do Museu he o estudo de todas as sciencias, para conhecermos a Deos e sua religião. (...) Em hum Museu há hua sciencia qe encerra todas as outras. (...) He hum labyrintho de encanto em que a rezão se acha e a alma se ilustra, e a religião triunfa (*cit.* BRIGOLA, 2003: 425).

Apesar de, nestes e noutros casos *históricos*, estarmos, sobretudo, perante coleções de propriedade particular que, contudo, são acessíveis e utilizadas para fins públicos, esta dimensão *pastoral* passível de se realizar através das mais variadas tipologias de espécimes museológicas, ainda que com metodologias adequadas à atualidade, merece uma reflexão por parte das entidades eclesiásticas possuidoras de acervos de história natural, etnográficos, de ciência e técnica, entre outros, e, também, por parte dos organismos da Igreja responsáveis pelas áreas dos bens culturais, cujos documentos orientativos têm focado exclusiva ou hegemonicamente o património histórico-artístico. A própria carta circular *A função pastoral dos museus eclesiásticos*, quando enumera as tipologias de objetos reunidos (vd. Igreja Católica, CPBCI, 2001: nº 2.3.2), remete, sobretudo, para esta tipologia de património (apesar de o referir, legitimamente, como aquele que mais frequentemente faz parte das coleções eclesiásticas),

nomeadamente obras de arte, vasos sagrados, adornos, relicários e ex-votos, têxteis litúrgicos, instrumentos musicais, livros litúrgicos e, ainda, bens culturais mais associados aos arquivos e bibliotecas. Contudo, a referida carta circular assinala ainda que “seria para desejar que o museu eclesiástico incentivasse a conservação da memória dos usos, tradições e costumes próprios da comunidade eclesial e da sociedade civil” (*idem, ibidem*), o que remente, num primeiro plano, para coleções etnográficas e, também, para as dimensões imateriais e subjetivas associadas às práticas culturais da liturgia e da devoção privada (ROQUE, 2011: 246) e, num segundo plano, para o universo dos museus interdisciplinares e de território.

1.3.2. OS NOVOS MUSEUS ECLESIÁSTICOS. COM E PARA AS COMUNIDADES

A museologia contemporânea, no seguimento, em grande medida, dos debates e desenvolvimentos teóricos e concetuais iniciados, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970 (apesar de contributos anteriores), passíveis de se sintetizar, ainda que mais que isso, no paradigma da *Nova Museologia*, centra cada vez mais a sua ação em torno das comunidades – de museus *das e para as coleções*, para *museus das e para as comunidades*. Potencia-se a função social das instituições museais, instituições que se assumem, preponderantemente, como instrumentos ao serviço do desenvolvimento social, cultural e económico das comunidades e da promoção integrada da sociedade. Surge a noção de *museu integral*, “destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.”, sendo necessário “abrir o museu às disciplinas que não estão incluídas no seu âmbito de competência tradicional” (*International Council of Museums*, 1972), *i.e.*, à interdisciplinaridade. Hoje, o paradigma do museu interdisciplinar, que nos seus programas científico e museológico estuda e comunica uma determinada realidade ou universo a partir de coleções e conteúdos de vários campos temáticos, cruzando variadas perspetivas em torno do mesmo fenómeno (RIVIÈRE, 1993: 179), deve ser equacionado no contexto da programação dos museus da Igreja. Joaquim Roque Abrantes e Manuel Serafim Pinto (1996: 67) já haviam contribuído para esta reflexão ao proporem que, entre a designada *museologia tradicional* e a *nova museologia* (enquanto tendências e não campos opostos), devem os museus da Igreja aliar estas perspetivas

[...] que mutuamente se complementam. A primeira, de carácter mais permanente e estático, voltada para o seu património, defendido e evidenciado como memória de fé; a segunda, de carácter mais interventivo e dinâmico, faria a leitura evangélica das situações procurando encontrar as soluções possíveis. (*idem*: 68).

Os organismos pontifícios partilham, também, desta ideia do museu eclesiástico enquanto museu de território, já que se caracteriza “fazendo referência ao território, de modo a colocar em evidência o seu tecido histórico, cultural, social e religioso.”



(Igreja Católica, CPBCI, 2001: n° 2.1.2). Surgem, também, os conceitos de *museu integrado e difuso* que, numa ótica de gestão museológica e patrimonial em rede, une, numa estrutura reticular em torno do museu diocesano (ou de outra instância-coordenadora), todas as unidades de índole museal e demais bens culturais.

No contexto das funções concretas do museu eclesiástico poderíamos destacar a

conservação das peças [...] a investigação sobre a história da comunidade cristã, já que na ordenação do museu, na escolha das 'peças' e na sua estruturação, tem que reconstruir e descobrir a evolução temporal e territorial da comunidade cristã; [...] evidenciar a comunidade histórica, dado que o museu histórico deve representar juntamente com outros vestígios do passado, a 'memória estável' da comunidade cristã [...] o encontro com as expressões culturais do território [...].” (*idem*: n° 2.2.1)

Mas conseguirão, os museus da Igreja, através da sua ação, contribuir para fomentar o sentido identitário-religioso de pertença da comunidade eclesial onde se encontra inserido? Isto remete novamente para a ideia da construção dos programas museológicos *com* as comunidades, envolvendo-as e aproveitando as suas competências e experiências. “Que receptividade teria a ideia de criar um pequeno museu na dependência de uma igreja ou, depois, de criado, esperar o seu interesse por ele, se a comunidade não foi motivada? (ABRANTES e PINTO, 1996: 70). Estarão os museus eclesiásticos ou coleções visitáveis eclesiásticas animados para esta dimensão, crucial para a sustentabilidade do próprio espaço museal (uma comunidade envolvida, vai ao *seu* museu)? Não serão os instrumentos e processamentos museológicos da *nova museologia* aqueles que verdadeiramente podem inserir a museologia no contexto da *nova evangelização*?

Os programas científicos destas estruturas museais devem, como já referimos, ser de natureza interdisciplinar, cujas consequências, no âmbito do programa museológico e expositivo, deverão resultar na seleção dos objetos tendo em conta um discurso previamente organizado em torno de um “fundamento eclesiológico, de uma perspectiva teológica e de uma dimensão espiritual”. (Igreja Católica, CPBCI, 2001: introdução). Aquilo que se verifica, em muitos casos, é que a incipiência dos discursos expositivos verificados em variadas unidades museais de tutela eclesiástica tem origem na construção de uma narrativa em torno de uma coleção previamente definida, não se equacionando a possibilidade de recolha ou incorporação de outros materiais expositivos que a complementem e completem. As coleções continuam a ser o elemento central da cadeia operatória, remetendo os discursos e os conteúdos para um plano posterior (e posteriormente surgem, ainda, e de uma forma tendencial, as comunidades).

No contexto da interpretação das coleções em contexto expositivo, a herança dos modelos dos museus de arte reflete-se, novamente, de uma forma extremamente perversa. Se a musealização dos objetos implica a descontextualização dos mesmos,

não é menos verdade que, no âmbito dos museus da Igreja, sobretudo aqueles com coleções de objetos de natureza litúrgica e devocional que continuam a participar, de forma pontual ou regular, no âmbito do culto divino, essa descontextualização é menos evidente. Torna-se ainda menos evidente se estivermos perante tesouros eclesiásticos em que os objetos se encontram associados, em grande medida, aos templos que os geraram.

Un 'trésor', c'est donc dans le langage courant un trésor d'église, un ensemble d'objets précieux et beaux, ou humbles au contraire, liés à la fonction liturgique et à la dévotion, conservés *in situ*, mis en sécurité et présentés au publique. Ce sont ces vitrines qu'on installe dans les sacristies ou dans les bases des clochers, dans des locaux désaffectés voisins des sanctuaires ou encore dans des cryptes. Textiles, orfèvrerie, objets divers; (POISSON, 1997: 217)

É um dinamismo próprio do património religioso e, sobretudo, de uma considerável parte dos museus eclesiásticos com coleções de arte sacra, garantido pela “rotatividade dos fundos entre o ‘altar’ e o ‘expositor’ ” (FALCÃO, 2012: 63). Este fator, de crucial importância no enquadramento teórico dos museus da Igreja, surge, contudo, na prática museológica, e vezes de mais, completamente desaproveitado. A descontextualização do objeto religioso não surge por via da transferência de propriedade e, consequentemente, de um novo uso que lhe é atribuído, como aconteceu no contexto das nacionalizações dos bens eclesiásticos, mas surge, sobretudo, por via de uma ineficácia comunicativa em torno daqueles elementos cruciais para o entendimento de toda a carga semântica associada ao objeto litúrgico (mas extensível a outras tipologias de objetos): a sua “função, significado e símbolo.” (Roque, 2011: 223). Pode a exposição realizada num museu eclesiástico apresentar uma dimensão catequética e evangelizadora se o discurso expositivo não for entendido e se os objetos não forem *apreendidos* individualmente e nas várias interconexões que desenvolvem? Como refere Natália Correia Guedes,

[...] estará a Igreja a disponibilizar ao público em geral (não necessariamente crente e até eventualmente ateu) os conhecimentos de que, sobre estas matérias, este gostaria de adquirir e é seu empenho que adquira? [...] não pode a legenda apenas conter a designação, a matéria de que se compõe o objecto, dimensões e proveniência. Tem que explicar o tipo de utilização, as condições técnicas, o contexto inicial, partindo do princípio que palavras como ‘sacrário’, ‘incunábulo’ ou ‘hissopo’ nada dizem a um público não iniciado. (1997: 204)

2. A REALIDADE MUSEAL DO PATRIARCADO DE LISBOA

2.1 O TERRITÓRIO E A ESTRUTURA

A diocese de Lisboa é uma circunscrição eclesiástica que corresponde, sensivelmente, à divisão civil do distrito de Lisboa acrescida da zona sul do distrito de Leiria, tendo



como dioceses fronteiriças Leiria-Fátima, Santarém, Évora e Setúbal. Encontra-se, atualmente, dividida em dezassete vigararias (*i.e.*, um conjunto de paróquias) e incorpora cerca de 265 paróquias. É um território vasto e bastante diversificado que se prolonga, de uma forma genérica, desde as vigararias de Lisboa (que integra quatro vigararias), Oeiras e Cascais, a sul, até à vigaria de Alcobaça-Nazaré, a norte, e das vigararias de Torres Vedras e Caldas da Rainha-Peniche, a oeste, até à vigararia de Vila Franca de Xira-Azambuja, a leste.

No contexto da cúria diocesana, *i.e.*, a estrutura que “presta ajuda ao bispo no governo da diocese, principalmente na direcção e acção pastoral, na administração e no exercício do poder judicial (DCD, 469ss).” (FALCÃO, 2004), a entidade que atualmente tem à sua responsabilidade a conservação e valorização dos bens culturais da Igreja é o Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa. Herdeiro da pioneira Comissão de Arte Sacra do Patriarcado (criada em 1963), do Departamento dos Bens Culturais e do Sector dos Bens Culturais da Igreja, o Centro Cultural é criado em 2009.

Apresentando o estatuto de departamento da Cúria Diocesana (também designado por Departamento de Cultura), é constituído de forma a promover um “melhor cumprimento do seu encargo pastoral [do Patriarca de Lisboa] e para que o património cultural, propriedade das diversas pessoas jurídicas canónicas ou em seu uso e administração, esteja ao serviço da missão da Igreja”, sendo atribuídos, a esta nova estrutura, os objetivos de “dinamizar na Diocese a acção cultural e a dimensão pastoral dos Bens Culturais e valorizar e promover iniciativas de interesse cultural no âmbito da Diocese.” (Lisboa, Cardeal-Patriarca, 2009: 326). O Centro Cultural encontra-se estruturado e repartido por vários serviços, nomeadamente o de Arquivo Histórico e Biblioteca, de Museus e Exposições, de Património: Investigação e Promoção Cultural, de Inventário e Apoio Técnico e, por fim, de Eventos Culturais. No caso do Serviço de Museus e Exposições, que particularmente nos diz mais respeito no âmbito do presente texto, compete-lhe “a direcção e gestão do espaço museológico do Mosteiro de São Vicente de Fora; o apoio aos museus da Igreja no Patriarcado de Lisboa e a promoção, apoio e acompanhamento de exposições a realizar na área da Diocese.” (*idem*: 328).

Tendo o Centro Cultural apresentando, em determinado momento da sua existência, uma notável acção pastoral por intermédio da cultura e património da Igreja, conseguida através da promoção de um qualificado programa integrado de formações, conferências, visitas orientadas e itinerários temáticos, exposições, publicações, *etc.*, a base da sua atividade assentava numa pequena mas sólida e permanente equipa de trabalho e numa rede de colaboradores externos. Apesar da sua dinâmica se ter abruptamente quebrado recentemente, é no contexto deste Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa que se integrará a proposta que adiante se apresentará para (re) qualificar e valorizar a realidade museal diocesana.

2.2 CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE ÀS UNIDADES DE ÍNDOLE MUSEAL EXISTENTES

Como já tivemos a oportunidade de referir, a diocese de Lisboa é uma área vasta e bastante diversificada. No que diz respeito à sua realidade museal, a investigação em curso tem revelado a existência de diversas unidades, pouco conhecidas e não *inventariadas*, sobretudo enquadráveis no conceito de *coleção visitável*, com défices de qualificação a diversos níveis, mas, também, a existência de interessantes parcerias entre paróquias, municípios e freguesias que têm permitido a construção de interessantes modelos de gestão e intervenção.

Identificaram-se, até ao momento, doze unidades de índole museal, geograficamente distribuídas, em termos de vigararias, da seguinte forma (as designações atribuídas aos vários espaços não obedecem a um critério concreto, sendo aquelas que mais usualmente surgem associadas aos espaços nos vários suportes de comunicação): Tesouro da Sé Metropolitana e Patriarcal de Lisboa, Núcleo museológico do Mosteiro de São Vicente de Fora, Núcleo museológico do Convento dos Cardaes, Núcleo museológico do Convento dos Paulistas (Igreja de Santa Catarina), nas vigararias de Lisboa; Tesouro da Igreja Matriz de Oeiras, na vigararia de Oeiras; Núcleo museológico da Igreja Matriz de Bucelas, na vigararia de Loures-Odivelas; Sala-Museu de Arte Sacra da Igreja de São Martinho de Sintra, na vigararia de Sintra; Núcleo museológico da Paróquia de São Mamede da Ventosa, na vigararia de Torres Vedras; Museu Paroquial de Óbidos e Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, na vigararia de Caldas da Rainha-Peniche; Museu da Paróquia da Benedita (ou Sala-Museu da Igreja Paroquial) e Museu Reitor Luís Nesi da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, na vigararia de Alcobaça-Nazaré.

No cômputo global, estamos perante micro e pequenas unidades de natureza museal, tuteladas sobretudo pelas paróquias que são, também, as proprietárias de património nelas incorporado. Como já se referiu, a figura do tesouro eclesiástico musealizado, herdeiro dos *thesaurus* medievais, assume-se como um modelo particularmente apto para a conservação, exposição e valorização das coleções eclesiásticas (sobretudo de objetos litúrgicos e devocionais) nos seus contextos originais, sendo que é este modelo que se verifica na maioria das unidades analisadas, ainda que pautando-se, em grande medida, por uma falta de qualificação ou atualização ao nível dos programas museológico e museográfico e de um deficitário desenvolvimento da maioria das funções museológicas. Verifica-se também, em grande medida, situações em que a visita aos locais só é passível de se efetuar através de marcação prévia.

No que se refere a interessantes modelos de gestão e intervenção, talvez paradigmáticos e modelares para outros casos e indispensáveis à sustentabilidade de um projeto museológico capaz, veja-se o exemplo do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia que, através de um modelo de gestão partilhado entre a Câmara Municipal de Peniche, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e a Paróquia da Atouguia da Baleia, conseguiu construir um projeto qualificado, apto a comunicar, interdisciplinarmente, a identidade territorial, social, cultural e religiosa da comunidade (que é



envolvida em projetos participativos). Situações em parte idênticas verificam-se nos casos do Museu Paroquial de Óbidos e, em certa medida, no Núcleo museológico da Igreja Matriz de Bucelas. O grande problema destes modelos é que, não raro, a entidade eclesial envolvida nestes projetos alheia-se, a breve trecho, da programação e dinamização dos espaços, *i.e.*, da sua *exploração pastoral*.

Um outro elemento comum a praticamente todos os casos analisados é ausência na *web* ou noutros meios de comunicação e informação em formatos tradicionais. Este fator contribui, em grande medida, para o desconhecimento a que estão votados mas que acaba por ser invariavelmente uma consequência da inexistência de equipas técnicas.

A resposta a este desconhecimento e, também, isolamento, só se pode traduzir, em primeiro lugar, através da assunção, de uma forma clara e objetiva, da museologia eclesial (e, enfim, das restantes áreas de atuação em torno dos bens culturais da Igreja) como uma área de intervenção pastoral de pleno direito (tal como qualquer outra área pastoral), e, em segundo lugar, através da integração desta área e das várias unidades museais (ou da estrutura que as integre) no plano ou programa pastoral da diocese, algo que tem sido inexistente (*vd.* Lisboa, Patriarcado, 2012). E aqui entra o projeto de uma *Rede de museus e coleções do Patriarcado de Lisboa*.

2.3. A PROPOSTA DE UMA REDE DE MUSEUS E COLEÇÕES DO PATRIARCADO DE LISBOA

Tendo em conta a realidade atrás analisada e resumidamente descrita e tendo também em conta, e sobretudo, as potencialidades pastorais dos museus eclesiais, mais adaptado ao contexto estudado, das coleções visitáveis eclesiais, torna-se premente desenvolver um plano integrado e programático para este setor. Contudo, esse plano só terá as necessárias condições para avançar se for integrado, de uma forma concreta e objetiva, no plano ou programa pastoral da diocese de Lisboa, como já foi várias vezes vincado. Só com essa integração formal se poderão, de seguida, reivindicar os recursos humanos, financeiros, logísticos (e, conseqüentemente, anímicos) necessários para se desenvolver um projeto minimamente qualificado. Este é o primeiro elemento da cadeia operatória.

Os recursos humanos são, no nosso entendimento, o segundo elemento. Mesmo num contexto de escassez de recursos financeiros e de outros meios, com uma pequena mas coesa, permanente e flexível equipa de trabalho, mesmo que integrando alguns voluntários em determinadas áreas, consegue-se conceber e coordenar um plano de trabalho, integrando o *fundraising* nessa estratégia.

Tendo em conta a escassez de recursos existentes nas unidades de índole museal analisadas e a necessária e desejável partilha de certos recursos, conhecimentos e experiências para minimizar as fragilidades apresentadas, a construção de uma rede museológica – o terceiro elemento desta cadeia – pode-se afirmar como um eficaz modelo de gestão no âmbito da pouco estruturada e qualificada realidade museal existente no Patriarcado.

No que diz respeito ao modelo de funcionamento, a *Rede de museus e coleções do Patriarcado de Lisboa* funcionaria através da existência de uma instância-coordenadora não museológica, o Centro Cultural do Patriarcado, que geriria toda a atividade da rede (a rede, não os elementos) e promoveria a articulação e a partilha de recursos entre todos os seus elementos, não obstante a existência de situações individualizadas que requerem procedimentos distintos, nomeadamente nos casos das unidades com gestão partilhada. Tendo em conta o facto de grande parte das unidades da rede não desenvolverem de forma integral (muitas nem de forma parcial) as tradicionais funções museológicas, a lógica da rede permite construir uma solução eficaz de enquadramento das unidades que, por si só, não se afirmam como “entidade assumidamente museológicas.” (LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, 1998: 104). De uma forma sintética, a rede, enquanto instrumento de gestão, permite que haja uma partilha, entre os vários nós (as várias unidades), de “certas funções (t.c. conservação, documentação, formação) e de equipamentos, com vista a uma optimização dos meios humanos, técnicos e financeiros afectados a cada núcleo e à própria instância-coordenadora.” (*idem, ibidem*). Torna-se imprescindível, contudo, que a instância-coordenadora seja dota de uma equipa, mesmo que pequena, com características interdisciplinares e polivalência.

Tendo em conta a dimensão do território diocesano, na qual a rede trabalharia, e de forma a agilizar procedimentos e, também, a melhor conhecer a realidade museal e patrimonial de cada zona (incluindo identificar outros núcleos de natureza museal e patrimonial), a criação da figura de um *embaixador* da rede em cada vigararia (trabalhando junto do vigário forâneo e, portanto, estando em contacto com o clero da vigararia) poder-se-ia constituir como um interessante elemento de comunicação de toda a cadeia.

A aposta inicial do trabalho da rede seria a sensibilização do clero e comunidade eclesial, em todas as vigararias e paróquias, para a existência desta nova estrutura, ao mesmo tempo que se desenvolveria um trabalho próximo e simbiótico junto da cúria diocesana, criando redes entre os vários departamentos e captando novos recursos. No contexto concreto de qualificação dos espaços, o princípio base radica numa forte aposta no desenvolvimento de contactos com as administrações locais (municípios e juntas de freguesia) das áreas onde se encontram as várias unidades para que se encontrem parcerias e modelos de gestão sustentáveis, capazes de garantir o bom funcionamento dos espaços. Num segundo nível, a criação de uma estrutura de divulgação da rede, no seu todo, e das várias unidades, torna-se, também, crucial.

CONCLUSÃO

O museu eclesiástico, enquanto instituição de tutela eclesiástica, surge, cada vez mais, como um espaço onde se prolonga a ação da Igreja no mundo concreto, inserindo-se no contexto da sua missão: evangelizar. Assume, assim, uma clara função pastoral e é, sobretudo, esta função pastoral que o diferencia das demais tipologias de museus e sobre a qual gravitam as tradicionais funções museológicas. Mas para

que estes espaços se assumam como verdadeiros instrumentos ao serviço de uma catequese *ad intra* e de uma evangelização *ad extra*, de promoção cultural e humana, têm de estar integrados, objetivamente, nos planos pastorais diocesanos.

Em relação à realidade analisada no Patriarcado de Lisboa, a investigação em curso tem revelado a existência de diversas unidades, pouco conhecidas e não *inventariadas*, sobretudo enquadráveis no conceito de *coleção visitável*, com défices de qualificação a diversos níveis, mas, também, a existência de interessantes parcerias entre paróquias, municípios e freguesias que têm permitido a construção de interessantes modelos de gestão e intervenção (mas com as suas lacunas). No contexto da criação de um plano de requalificação para o setor, sobretudo ao nível da estratégia diocesana, da formação, da qualificação e, conseqüentemente, da programação museológica, a construção de uma *Rede de museus e coleções do Patriarcado de Lisboa* pode-se afirmar como uma resposta competente a muitos dos problemas e necessidades verificados, nomeadamente ao nível da sensibilização, formação, coordenação, articulação, mediação, partilha de serviços e recursos, com vista a uma qualificação integrada do setor. A discussão em torno do modelo a desenvolver – cujo debate se inicia através deste texto – torna-se crucial.

A eficácia de todo um programa de comunicação e recontextualização das coleções e discursos, a par de um relacionamento simbiótico com as comunidades e públicos (adotando, como vimos, metodologias dos museus interdisciplinares, de território), passa por todas estas questões que surgem a montante. Mesmo que funcionando com uma pequena equipa, mas permanente e flexível, as potencialidades pastorais de um projeto museológico reticular e integrado poderão ser a chave necessária para transformar *depósitos de coleções* em *verdadeiros espaços de diálogo e anúncio*.

Contactar o autor: andre.afonso@live.com

Artigo submetido a 30 de Abril e aprovado a 15 de Maio de 2013

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Joaquim Roque e PINTO, Manuel Serafim. Os museus da Igreja como memória da fé. In *Communio – Revista Internacional Católica*. Ano XIII, n. 1, Jan.-Fev., 1996, p. 64-81.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MUSEUS DA IGREJA CATÓLICA. Associação Portuguesa dos Museus da Igreja Católica: Objectivos e metodologia. In *Museus. Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. n. 13, Set., 2004, p. 29-30.
- BORAU, Damián Iguacen. Património cultural da Igreja: questões e exigências. In *Communio – Revista Internacional Católica*. Ano XIII, n. 1, Jan.-Fev., 1996, p. 33-39.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- CHAPPIN, Marcel. Valor eclesial dos bens culturais da Igreja. In: *Communio – Revista Internacional Católica*. Ano XIII, n. 1, Jan.-Fev., 1996, p. 10-22.
- CLETO, Albino Mamede. Património e evangelização. In: *Communio – Revista Internacional Católica*. Ano

XIII, n. 1, Jan.-Fev., 1996, p. 40-49.

- COSTA, António Manuel Ribeiro Pereira da. *Museologia da Arte Sacra em Portugal (1820-2010) Espaços, momentos, museografia* [Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Texto policopiado], 2011
- FALCÃO, José António. Breviário dos Museus da Diocese de Beja. In *Invenire – Revista dos bens culturais da Igreja*. N.º 4, Jan.-Jun., 2012, p. 58-65.
- FALCÃO, Manuel Franco. *Enciclopédia católica popular*. Disponível em < <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>>. Acesso em abr. 2013.
- GUEDES, Natália Correia O património cultural da Igreja em Portugal. In: GOMES, Manuel Saturino Costa (coord.) *Os bens temporais da Igreja: actas das IV jornadas de Direito Canónico*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de Direito Canónico, 1997, p. 197-205.
- IGREJA CATÓLICA, Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja (2001) *A função pastoral dos museus eclesiais* [em linha]. Disponível em <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20010815_funzione-musei_po.html>. Acesso em abr. 2013.
- IGREJA CATÓLICA, Papa, 1963-1978 (Paulo VI) (1975) *Exortação apostólica Evangelii nuntiandi* [em linha]. Disponível em <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html>. Acesso em 25 abr. 2013.
- ICOM, Conselho Internacional de Museus (1972) *Declaração de Santiago do Chile* [em linha]. Disponível em <<http://www.minom-portugal.org/documentos-de-referencia/6-declaracao-de-santiago-do-chile-unescoicom/3-declaracao-de-santiago-do-chile-1972.html>>. Acesso em 24 abr. 2013.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia. Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas. In *Museologia e Autarquias – Experiências, perspectivas. Actas do VII Encontro Nacional Museologia e Autarquias*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal, 1998, p. 97-112.
- LISBOA, Cardeal-Patriarca José IV (José da Cruz Policarpo). Remodelação dos nn. 14 a 20 das Bases Estatutárias da Cúria Diocesana de Lisboa. In *Vida Católica*. 3.ª Série, ano XI, n. 31, Jan.-Abr., 1998, p. 324-331.
- LISBOA, Patriarcado. *Programa e calendário diocesano para o ano pastoral 2012-2013* Disponível em <www.patriarcado-lisboa.pt/site/docs/programa_2012_2013_-_final.pdf>. Acesso em 20 abr. 2013.
- POISSON, Olivier. Trésors d'église et musées d'art sacré. In *Patrimoine, temps, espace: Patrimoine en place, patrimoine déplacé* [atas das Entretiens du Patrimoine, sob a presidência de François Furet, 1996]. Paris: Fayard; Éditions du patrimoine, 1997, p. 215-220.
- RIVIÈRE, Georges Henri. *La Museología – Curso de Museologia / textos y testimonios*. Torrejón de Ardoz: Ediciones Akal, 1993.
- ROQUE, Maria Isabel Rocha. *O Sagrado no Museu. Musealização de objectos de culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.). *O panorama museológico em Portugal [2000-2003]*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais; Instituto Português de Museus/Rede Portuguesa de Museus, 2005.
- TEIXEIRA, Madalena Brás. *Los comienzos de la investigación y de la actividad museológica en Portugal*. Sep. *Revista de Museología*. Madrid: Asociación Española de Museólogos, 2000.